

UM JOVEM NATURALISTA NUM NINHO DE COBRAS: A TRAJETÓRIA DE JOÃO DA SILVA FEIJÓ EM CABO VERDE, EM FINAIS DO SÉCULO XVIII*

Magnus Roberto de Mello Pereira**

RESUMO

Ao acompanhar o naturalista João da Silva Feijó em suas explorações feitas no arquipélago de Cabo Verde, no último quartel do século XVIII, o presente artigo busca entender a inserção da própria figura do naturalista no intrincado quadro institucional português, do Antigo Regime. Feijó foi denunciado pela elite local como prepotente enquanto os seus chefes em Lisboa o consideravam inepto e, sobretudo, “jovem”. Assim, teve que enfrentar sérias batalhas para ver reconhecida localmente a sua condição autônoma de homem de ciência. Situação complicada, pois, ao mesmo tempo, se via obrigado a travar outra luta, através da qual buscava escapar da tutela que lhe era imposta devido à sua juventude.

Palavras-chave: história das ciências naturais, naturalistas brasileiros do século XVIII, história das instituições em Portugal, juventude no século XVIII, viagens filosóficas.

ABSTRACT

By following the naturalist João da Silva Feijó in his exploratory travels in the islands of Cabo Verde, in the last quarter of the 18th Century, this article tries to understand the character of the naturalist traveler in the complex picture of the Portuguese Ancien Régime. Feijó was denounced by the local elite as a despot while his superiors in Lisbon considered him unprepared and, above all, “young”. Therefore, he had to face serious struggles to have his autonomous condition as a man of science. This was a complicated situation since, at the same time, he was forced to

* O presente artigo decorre de pesquisa financiada pelo CNPq.

** Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

struggle in another front, that in which he tried to escape the problems generated by his youth.

Key-words: history of Natural Sciences, brazilian naturalists of the 18th century, history of portuguese institutions, youth in the 18th century, philosophical journeys.

Quando iniciou o planejamento da famosa “Viagem Philosophica” à Amazônia, Domingos Vandelli não pretendia enviar apenas Alexandre Rodrigues Ferreira, mas uma grande equipe de naturalistas e outros estudiosos. Assim, à partir de 1778, passaria a reunir no Museu da Ajuda, um grupo de estudantes recém egressos da Universidade de Coimbra, onde complementariam a sua formação antes de partirem para a grande expedição. Além de contar com Ferreira, a quem foi destinado o papel de chefia, a equipe era composta pelo carioca João da Silva Feijó e por mais dois brasileiros: Joaquim José da Silva e Manuel Galvão da Silva.¹ O grupo ficou, provavelmente, sob supervisão de Julio Mattiazi, o jardineiro chefe da Ajuda.² Durante este período de preparação, os integrantes do grupo foram incumbidos de pequenas expedições científicas em Portugal, de modo a completar sua formação.³

Em finais de 1782, houve uma mudança de planos e a equipe da grande expedição à Amazônia foi desmembrada. Costuma-se atribuir tal decisão a Martinho de Mello e Castro, o Secretário da Marinha e Ultramar, que, pretendendo racionalizar gastos, teria resolvido mandar os cientistas

1 A documentação é silenciosa sobre os motivos que levaram a coroa portuguesa a privilegiar, na escolha, os naturais do Brasil. Após a revolta mineira, fica claro que se instituiu uma política de cooptação da elite americana instruída, com quem se procurou compartilhar a gestão do Império. Todavia, a presença marcante de brasileiros nas colônias africanas é anterior a isso. Crê-se que a coroa levava em conta a menor mortalidade dos nascidos no Brasil, quando expostos ao as agruras do clima africano. Para uma percentagem muito grande de europeus, um cargo na África era uma sentença de morte e assim era encarado. Já os brasileiros costumavam sobreviver. Isto é empiricamente observável na documentação da época e não é provável que o fenômeno escapasse aos olhares atentos dos altos escalões administrativos.

2 Mattiazi foi trazido de Pádua para Lisboa por Vandelli e, na prática, acabou assumindo o comando do Real Gabinete de História Natural e do jardim anexo, uma vez que o naturalista-chefe permanecia, na maior parte do tempo, em Coimbra. Ver CARVALHO, R. de. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. p. 64-65.

3 SIMON, W. J. *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories 1783-1808*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983. p. 9, 17 e 79.

não mais em conjunto para o Brasil, mas disseminá-los por diversas regiões do Império Colonial Português. Contudo, a documentação disponível não permite qualquer tipo de certeza a respeito do responsável ou dos motivos de tal decisão. É plausível que Mello e Castro, Vandelli, ou ambos, tenham sido motivados por uma decisão não apenas econômica mas, também, de cunho científico. Havia, no período, quase que uma corrida pela classificação de novas espécies minerais, vegetais e animais, segundo a taxonomia de Lineu. O desmembramento da equipe pode ter sido uma forma de apressar a recolha de “produtos da natureza” das diversas partes do Império, de maneira a catalogá-los o mais breve possível, o que renderia muitos dividendos acadêmicos e políticos, nesta corrida científica que se estabelecera entre as nações européias. Recolher e dar a conhecer o maior número possível de espécies era uma questão de orgulho nacional.

A partir da Secretaria da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro já vinha, há bastante tempo, conduzindo esta recolha de forma alargada. Estimulava a todos os delegados da coroa, nas colônias dos quatro continentes, que coligissem exemplares animais vegetais e minerais, além de artefatos típicos das culturas com as quais os portugueses estavam em contato, além de todas as “curiosidades” que fossem possíveis e os mandassem para Lisboa. Para aprimorar estas recolhas, feitas até então por leigos, foi editado um pequeno manual de instruções, o qual foi largamente distribuído em todas as colônias.⁴ Assim, o envio de naturalistas pode ser encarado como mais um passo no aprimoramento da política científica em andamento, o qual buscava garantir a qualidade e a constância da recolha de espécimens, o que foi feito em detrimento da inovação que seria enviar um grande expedição a um única região do Império.⁵

Ferreira parte em 1783 para o Brasil, acompanhado apenas por dois desenhistas e um jardineiro. A Feijó foi incumbida a exploração de Cabo Verde. Os dois Silvas, cada um à cabeça de uma pequena equipe,

4 *BREVES instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos produtos e noticias pertencentes a historia da natureza para formar um Museu Nacional.* Lisboa: Tipografia da Academia, 1781.

5 Sobre a presença destes e outros brasileiros no continente africano, ver PEREIRA, M. R. M.; CRUZ, A. L. R. B. Brasileiros a serviço do Império: a África vista por naturais do Brasil, no século XVIII. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. 33, 1999.

foram enviados para Angola e Moçambique, acumulando as funções de naturalistas e secretários de estado.

A trajetória de Alexandre Rodrigues Ferreira é por demais conhecida para insistir-se nela. Por sua vez, Joaquim José da Silva e Manuel Galvão da Silva cumpriam as suas missões da melhor forma possível, dada a dificuldade de conciliar os cargos de naturalistas e burocratas, enviando material daquelas colônias para o Museu de História Natural da Ajuda. Em ambos os casos, percebe-se um progressivo afastamento das funções de naturalista. Joaquim José da Silva integrou-se perfeitamente em Angola, ascendendo na carreira administrativa da colônia. Ali viria a casar, ter filhos e morrer. Sobre Galvão e Silva, a documentação é mais lacônica. O historiador norte-americano Joel Simon, que estudou sua atuação em Moçambique, supôs que em 1793 Galvão teria abandonado silenciosamente o serviço régio e retornado à sua Bahia natal.⁶ Todavia, é possível que ele tenha permanecido em Moçambique, tornando-se negociante. A documentação aponta que, em finais de 1794, ele era dono de uma embarcação de comércio.⁷

Deste grupo, portanto, apenas Ferreira e Feijó fariam carreira de naturalistas. Alexandre Rodrigues Ferreira, após retornar do norte do Brasil tornou-se sub-diretor e, depois, diretor do Museu da Ajuda, cargo que ocupou até o final da vida. Feijó, ao retornar de Cabo Verde, foi designado para trabalhar com ele, período em que deve ter organizado o seu herbário, com espécimens enviados do arquipélago. O naturalista alemão Heinrich-Friedrich Link, que esteve em Portugal entre 1797 e 1799, conheceu pessoalmente os seus colegas brasileiros e examinou o herbário organizado por Feijó.⁸ Durante este período, ele também foi incumbido de estudar a possibilidade de explorar salitre nas margens do Tejo.⁹ Mais tarde, seria destacado para o Real serviço no Ceará.

Ao contrário do que ocorreu com Alexandre Rodrigues Ferreira, que gozou de grande notoriedade em vida e a cuja atuação foram dedicados

6 SIMON, op. cit., p. 107.

7 LIESEGANG, G. (Ed.). *Resposta das questoes sobre os cafres*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1966. p. 32. nota 13.

8 LINK, H. J. *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*. Paris: Levrault, Schoell et Cie., 1803. p. 295; SIMON, op. cit., p. 109.

9 Biblioteca Nacional de Lisboa – BNL –, códice 610, f. 10.

inúmeros estudos, Feijó, atualmente, permanece em relativo esquecimento.¹⁰ Raros são os textos a abordar a sua atuação em Cabo Verde. Os únicos autores a fazê-lo foram o memorialista e cartógrafo Sena Barcelos e o historiador caboverdiano António Carreira, em ambos os casos de maneira muito parcial e problemática.¹¹

Sena Barcelos ateu-se em demasia a uma leitura direta das fontes, assumindo-as como expressão absoluta da verdade, sem tentar entender a natureza dos conflitos em que Feijó esteve envolvido e sem atentar para a mecânica das denúncias administrativas, que serviam de importante instrumento nas lutas de poder entre facções locais e os emissários da coroa, as quais eram travadas em qualquer colônia portuguesa do período. Assim, Feijó aparece em seus textos como responsável por “escândalos, latrocínios e iniquidades,” repetindo o que dissera Mello e Castro. Diga-se de passagem que esses enfrentamentos, e o denunciismo que caracteriza a documentação do período, são idênticos em Portugal e em todos os países europeus do Antigo Regime.

António Carreira, publicou, nos anos 80, uma compilação das memórias de Feijó sobre Cabo Verde, na qual comenta atuação do naturalista. O historiador caboverdiano não se debruçou, porém, sobre a documentação existente sobre Feijó nos principais arquivos portugueses e se valeu justamente das informações fornecidas por Barcelos. Ele teve o mérito de relativizar as acusações assacadas contra Feijó, até porque conhecia com perfeição o intrincado clima sociopolítico do arquipélago no século XVIII, a que dedicou mais de um estudo. Note-se que se trata de uma das últimas contribuições de Carreira à historiografia caboverdeana. É um texto apressado de um velho historiador amargurado com o ostracismo a que foi votado pela novas gerações de profissionais da história ligadas a “Institutos de

10 Erradamente, Willian Simon supôs que Feijó tivesse voltado para o Rio de Janeiro. “João da Silva Feijó was re-assigned to the relative obscurity of the Cabo Verde Islands; and in his varied career as chemist, military officer and teacher, eventually returned to his native Rio de Janeiro” (p. 18). Mesmo a obscuridade em que teria permanecido Feijó em seu próprio tempo é muito relativa. Feijó foi, em vida, o mais editado dos quatro. De fato, quem caiu em completa obscuridade foram Joaquim José da Silva e Manuel Galvão da Silva.

11 BARCELOS, C. J. S. de. *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*. Lisboa: Academia das Ciências, 1903. v. 4; CARREIRA, A. Apresentação e comentários. In: FEIJÓ, J. da S. *Ensaio e memórias económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto Cabo-verdeano do Livro, 1986.

Estudos Africanos.” Os limites desta contribuição são evidentes e enunciados. Ele queria apenas dar vazão e divulgar um material que tinha já em mãos e se concentrou, portanto, naquelas memórias do naturalista que já haviam sido publicadas nos séculos XVIII e XIX, e que hoje são difíceis de localizar.¹² Assim, deixa de lado os muitos textos manuscritos legados por Feijó, entre eles o seu principal texto sobre Cabo Verde, o *Itinerário Filosófico* das primeiras viagens que realizou no arquipélago.¹³ Alguns dos estudos que Feijó publicou em vida são, na verdade, segmentos retrabalhados deste relato.

A par dos textos publicados a respeito de Feijó, é necessário mencionar uma desconcertante omissão. O historiador norte-americano Willian Joel Simon é o autor da principal obra a dar uma notícia conjunta sobre o envio dos naturalistas luso-brasileiros às diferentes partes do Império.¹⁴ A sua obra, que tem um cunho introdutório, cobre a trajetória de Alexandre Rodrigues Ferreira e de seus colegas José Joaquim da Silva e Manuel Galvão da Silva, enviados respectivamente a Angola e Moçambique. Cada um deles foi contemplado por Simon com um capítulo do seu trabalho. No entanto, apesar das frequentes referências a Feijó, o historiador americano não lhe dedica um capítulo específico como aos outros. Assim, o presente artigo foi pensado como um complemento do livro de Simon, ou seja o capítulo que nele falta, relativo à expedição de João da Silva Feijó a Cabo Verde.

Por sua vez, o presente texto não se propõe a revisões teóricas sobre o tema dos viajantes naturalistas do *setecento* mas, apenas, a sistematizar algumas informações de base sobre o a atuação de Feijó em Cabo Verde. No entanto, foi adotado um procedimento exatamente oposto ao de Simon. Em seu livro, este historiador procurou concentrar-se na atuação, que pode-se dizer, científica dos naturalistas, minimizando as quizílias locais em que os mesmos estiveram envolvidos. Contudo, tal opção acaba por nos

12 O propósito de Carreira era justamente este: “a nossa intenção é unicamente a de divulgar estudos já editados no Brasil e em Portugal no século XIX, utilizando-os na forma em que então foram apresentados, embora acompanhados de notas e comentários, uma vez que, de modo geral são [repete-se] pouco conhecidos.” CARREIRA, op. cit., p. 22.

13 FEIJÓ, J. da S. *Itinerário filosófico que contém a relação das Ilhas de Cabo Verde disposto pelo método epistolar dirigidas ao Sr. Martinho de Melo e Castro pelo naturalista régio das mesmas Ilhas*. Lisboa: BNL, 1783. FR436.

apresentar a figura do Naturalista como algo dado, quando, a meu ver, é mais interessante observar o fazer-se desta mesma personagem científica, sem esquecer que esta foi a primeira leva de funcionários (importante frisar o termo funcionário) que com este título e função aparece na cena político-administrativa portuguesa. Uma vez que o campo de intrigas nos quais eles seriam inseridos estava dado e era plenamente conhecido das autoridades administrativas portuguesas, também estavam preestabelecidos os limites e possibilidades da atuação deles nas colônias. Simon frustra-se com as limitações impostas ao trabalho científico desses delegados da coroa, assim como os próprios não deixam de exprimir as suas frustrações. Todavia, não se pode deixar de lembrar que eles mesmos são ativos protagonistas desses embates, não apenas contra os demais agentes político-administrativos, mas entre os próprios integrantes das equipes científicas.

Alexandre Rodrigues enfrentou todo o tipo de contrariedade, como se observa em seus próprios textos e nos trabalhos que sobre ele foram escritos. A equipe enviada a Angola ali chega, ou já sai de Lisboa, completamente cindida. Joaquim José da Silva rompeu com seu parceiro italiano Angelo Donatti e foi mesmo acusado de ter partido em explorações deixando-o para trás a morrer.¹⁵ Galvão não hesitou em mandar prender o jardineiro que o acompanhara a Moçambique, por considerá-lo imprestável.¹⁶ Além disso, ele protagonizou mais de um episódio dos constantes conflitos administrativos daquela colônia. Mal desembarcou em Cabo Verde, Feijó também viu-se envolvido num turbilhão de denúncias.

Por serem naturalistas, não fugiam à regra. Ainda que estivessem no final do século XVIII, a caracterização que António Manuel Hespanha fez da pulverização de poderes na Idade Moderna era ainda perfeitamente válida em Portugal, nas suas colônias ou em qualquer país do mundo, naquele período. “Com o poder da coroa coexistiam o poder da Igreja, o poder dos concelhos e comunas, o poder dos senhores, o poder de instituições como as universidades ou as corporações de artífices, o poder das famíli-

14 SIMON, op. cit.

15 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – AHU, Angola, cx. 67, n. 47.

16 AHU, Moçambique, cx. 52, n. 61.

as.”¹⁷ Acrescentaria que o próprio poder da coroa aparecia, principalmente nas colônias, como uma hidra de muitas cabeças. O poder dos governadores, muitos em Cabo Verde oriundos da pequena nobreza; o poder dos ouvidores, por excelência os homens letrados; o poder dos capitães das fortaleza e, agora, o poder dos naturalistas, competiam entre si e com as câmaras e famílias locais. Cada um zelava, ao limite da insanidade, por sua parcela de poder, e dos benefícios dele advindos. A prática de intrigas e delações, estimulada pela coroa, é algo que se consegue acompanhar na documentação de qualquer colônia, desde o século XV. Chamei a isto “administração por intriga”, em outro momento.¹⁸ No século XVIII, a intriga chegaria a ser enunciada como um princípio administrativo. Numa consulta de 1728, relativa ao Brasil, o Conselho Ultramarino exprimiu com todas as letras “que não era mui conveniente ao serviço de Vossa Majestade que entre os governadores e ministros maiores que com eles servem houvessem grandes amizades por ser mui útil que uns se receiem dos outros.”¹⁹

Um jovem naturalista

De certa forma, a posição de Feijó era privilegiada, equiparando-se à de Alexandre Rodrigues Ferreira, uma vez que não acumulava, como Silva e como Galvão, as tarefas científicas com as de burocrata. Ferreira e Feijó não foram enviados como secretários de estado, mas apenas como naturalistas. No entanto, é perceptível que a missão de Feijó era encarada como algo menor em relação às demais. Todos os outros encabeçavam equipes compostas por jardineiros e desenhistas, enquanto Feijó foi enviado sozinho. Além do mais, foi-lhe reservada uma pequena armadilha. Ele foi

17 HESPANHA, A. M. O debate acerca do estado moderno. In: TANGARRINHA, J. (Coord.). *A historiografia portuguesa hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 142.

18 PEREIRA, M. R. de M. *A forma e o poder*: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna. Curitiba, 1998. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná. v. 1.

19 BOXER, C. R. *Portuguese society in the tropics*: the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1500-1800. Madison and Milwaukee: The University of Wisconsin Press, 1965. p. 145.

colocado ostensivamente na condição de tutelado do bispo do arquipélago, D. Francisco de São Simão, que acumulava o governo de Cabo Verde.

Pode-se especular um pouco sobre os motivos que levaram Martinho de Mello e Castro a estabelecer tal tutela. É provável que houvesse alguma coisa no comportamento passado do naturalista que o tivesse levado a isso, no entanto é mais provável que tenha pesado um fato mais simples e prosaico: a idade de Feijó.

V. Ex.^a tomará à sua conta esse moço; que não tendo mau gênio nem sendo inerte na profissão, a mais leve sombra lhe parece um gigante e o prende para não fazer o que deve, e não deixará de ser muito desagradável que não havendo aqui coisa alguma que diga respeito às produções naturais das Ilhas de Cabo Verde, e tendo-se um Naturalista para as haver, se reduza todo o fruto dessa providência a Palavras e Relações inúteis do dito Naturalista, a nada, ou pouco mais de nada, daquilo para que foi mandado.²⁰

A documentação, com frequência, refere-se a ele como “jovem” ou “moço”. Os erros que lhe foram imputados são atribuídos à sua condição de moço, coisa que não acontece com os seus colegas enviados a outras partes do Império. Como diversos outros dados de sua vida, as referências a respeito da idade de Feijó são difíceis de precisar.²¹ Blake afirma ter ele nascido no Rio de Janeiro, em 1760.²² Se o dado é verdadeiro, o naturalista teria entre 23 e 24 anos quando inicia a sua expedição. Se for considerado que Galvão da Silva e Rodrigues Ferreira tinham 28, não parece ser grande a diferença. Todavia, estes 4 ou 5 anos, na época, parecem ser decisivos no estatuto de cada um. Se for observado, ainda, que ele foi recrutado para o Real Gabinete com algo em torno de 18 anos de idade, é possível entender

20 AHU, Cabo Verde, código 402, f. 107.

21 O próprio nome de Feijó é discrepante na documentação, que se refere a ele como João da Silva Barbosa ou, simplesmente, como Feijó Caiscais. Todavia, nos seus autógrafos conhecidos, a partir da expedição a Cabo Verde, ele assina invariavelmente como João da Silva Feijó e, da mesma forma, passa a ser nomeado no restante das fontes.

22 BLAKE, A. V. A. S. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976.

melhor o porquê do seu persistente enquadramento na categoria de jovem.²³

Caso a data de nascimento que lhe é atribuída esteja correta, ele começou a cursar matemática em Coimbra com 16 anos e, em finais de 1778, quando aparece matriculado em Filosofia, tinha 18.²⁴ Tudo isto torna mais evidente o porquê de ter-se tornado Feijó o jovem e da relação severa e paternal que o ligava a Martinho de Mello e Castro. Assim como todos os outros, ele teria que enfrentar a batalha para ver reconhecida localmente a sua condição autônoma de homem de ciência. No entanto, ao mesmo tempo, ele buscava escapar da tutela que lhe era imposta devido à sua juventude.

Esta dupla batalha inicia assim que Feijó desembarca, quando comecem os pequenos incidentes com o frei Francisco de São Simão a quem estava submetido. No afã de se fazer valer, o naturalista comete um erro crasso na estratégia que adota para enfrentar o bispo: escolhe o texto filosófico como arma. Os historiadores, ávidos pelas fontes escritas, tendem a dar à produção escrita desses naturalistas uma importância que necessariamente não lhe era atribuída pelas personagens que dominavam a cena administrativa do período. Martinho de Mello e Castro era explícito quanto a isto. As “palavras inúteis” de um naturalista eram “nada, ou pouco mais de nada”. O que lhe interessava era o envio regular e bem acondicionado de minerais, vegetais e animais. Note-se que o ministro era detentor do forte espírito colecionista que caracteriza o período. Como já foi mencionado,

23 Note-se que ele oficialmente era um adulto, uma vez que nos levantamentos demográficos do período a categoria “rapaz” incluía aqueles que tinham entre sete anos completos a catorze. Acima disto, eram considerados homens adultos.

24 Ver MORAIS, F. de. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 62, p. 158, 1940. Matricular-se com tenra idade na Universidade não era excepcional. Baltazar da Silva Lisboa, outro importante naturalista brasileiro do período era nascido em 1761 e matriculou-se junto com Feijó. Há no entanto um problema, pois Silva Lisboa formou-se apenas em 1782. Se Feijó já fazia parte da equipe, digamos, em finais de 1779, quando começa aparecer na documentação relativa ao Jardim da Ajuda, ele teria ficado apenas dois anos em Coimbra. Não existem dados completos nos arquivos da universidade, uma vez que estes têm muitas lacunas sobre suas matrículas e obtenção de grau. Assim, ou sua matrícula foi ainda mais precoce ou ele não concluiu os estudos. Nesta segunda hipótese, é preciso especular o porque de sua integração no projeto das expedições que dizia-se reservado aos melhores alunos. Outra possibilidade é admitirmos que houve alguma espécie de apadrinhamento por parte de algum poderoso ou do próprio Mello e Castro, para quem Feijó seria ou uma imposição incômoda ou uma responsabilidade.

desde a criação do Real Gabinete, ele estimulava o envio de exemplares para este museu de história natural. Observa-se, também, que a maior parte das remessas era encarada como “presentes” pessoais ao ministro e que não era enviada de forma desinteressada ou por interesse meramente científico. Um carregamento de pássaros exóticos, uma caixa com conchas raras, ou para entrar no pequeno teatro de horrores da época, um casal de crianças negras albinas ou anãs, era freqüente servirem de intróito a um pedido de promoção de um subalterno, ou a uma solicitação de retorno para casa, feita por um obsequioso alto funcionário cansado do clima inóspito das colônias.

Isto sofreria uma certa mudança nos anos subsequentes. Com a publicação das *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, e mais ainda durante o consulado Souza Coutinho, o texto filosófico ganharia um outro estatuto. Embora desse continuidade à política de recolha e mesmo a ampliasse, o conde de Linhares era antes um ávido colecionador de memórias do que de “curiosidades naturais”. Neste período subsequente, Feijó teria a sua produção literária reconhecida e publicada. Todavia, quando elaborou os seus primeiros relatos não fez mais que irritar o seu patrono. O texto “científico” do naturalista entrou pelos canais administrativos por onde fluíam as denúncias de desmando dos agentes da coroa e foi acolhido exatamente da forma como o eram todos os outros. O jovem fazia intrigas contra o seu tutor, o bispo-governador, o qual, aparentemente, contava com a simpatia de Mello e Castro.

O Itinerário Filosófico

O principal documento a informar os movimentos iniciais de Feijó no arquipélago e que foi simultaneamente a causa de seus primeiros dissabores é o *Itinerário Filosófico que contém a Relação das Ilhas de Cabo Verde disposto pelo método epistolar*. Como o título sugere, este relato é composto de um conjunto de cartas endereçadas a Martinho de Mello e Castro, dando conta de suas atividades. Apesar de ser o mais importante texto de Feijó sobre aquelas ilhas, permaneceu inédito, até onde pode-se alcançar, e desconhecido por parte dos antigos historiadores de Cabo Verde.

Embora Carreira afirmasse ser desconhecida a data de chegada de Feijó a Cabo Verde, o *Itinerário Filosófico* do naturalista nos dá a referência exata tanto de sua partida de Portugal, quanto de sua chegada ao arquipélago.

Tendo partido de Lisboa no dia 3 de Fevereiro depois de 16 dias de viagem com repetidos temporais do sul, fomos avistar a Ilha da Madeira pela tarde com um fortíssimo furacão de vento Norte, que por espaço de 4 horas fez andar a ronceira Embarcação em que vinha 34 milhas em árvore seca com não pequeno perigo de nossas vidas: deste ponto com o mesmo vento porém mais moderado, em 11 dias avistou-se a Ilha do Sal, uma das desertas de Cabo Verde, com a desconfiança no Mestre de já as haver varado pelo tempo que se gastou em correr para elas, e no seguinte dia 28, do mesmo mês pela manhã avistamos a de São Nicolau onde pelas 12 surgimos no porto chamado da Preguiça.²⁵

A carta que dá esta informação, a primeira que integra o *Itinerário*, foi escrita da Ilha Brava e está datada de 17 de junho de 1783. Nela, Feijó relata a viagem de Portugal a Cabo Verde e os seus conflitos com o Bispo, que, segundo ele, não o deixavam exercer o seu papel de naturalista.

A demora que aqui tive que foram 2 meses dar-me-ia muito lugar a comunicar agora a V. Ex^a algumas observações Filosóficas desta Ilha, e remeter ao Real Gabinete as mostras de suas produções, se não se antepusesse a este meu desejo a sinistra intenção daquele Prelado a cujas ordens vim cometido, o que deixo para quando se me oferecer ocasião, pois tentando eu dar logo por ali princípio, me não quis permitir, dizendo-me que iria dar principio pela Ilha Brava ao que o respeito, e subordinação me fez obedecer em prejuízo meu pois assim quis a minha fortuna para que mais tempo andasse por uns países tão disgravados como estes.

25 Nas citações do *Itinerário Filosófico*, o texto foi modernizado. Como na numeração das folhas do manuscrito há sobreposição de números, optou-se por não fazer referência bibliográfica a cada citação, mas apontar o número da carta e sua data, o que aparece no próprio corpo do texto do presente artigo.

A expedição ficou adiada até de maio quando partiram para a cidade da Ribeira Velha, antiga capital do arquipélago, que neste momento se encontrava em ruínas, fazendo escala na Ilha de Maio, onde o bispo foi verificar os destroços de um navio dinamarquês que ali naufragara. Mais um pequeno conflito.

A curiosidade de ver conchas, me fez correr em os 8 dias, que ali nos demoramos, grande parte daquelas praias, e havendo recolhido grande porção delas, porque o Bispo me não consentiu conduzi-las, alegando não haver comodidade, lá ficaram não com pouco pesar meu, amontoadas em um canto de barraca, e entre elas alguns esqueletos, e crânios de grandes animais marinhos.

Feijó chega à ilha Brava em 20 de maio e o bispo parte 6 dias depois, liberando-o para dar início às explorações. Esta viagem está relatada na segunda carta que compõe o *Itinerário Filosófico*, datada de 17 de julho.

No dia 1 de Junho parti do sítio de Santa Bárbara com 12 homens e um oficial para os dirigir, e prático para me ensinar os passos, e logo tomei caminho da Povoação, donde, depois de ouvir Missa, tomando para a parte do Noroeste para o sítio chamado da Pedrinha, principiei a correr a Ilha em redondo, até vir terminar outra vez ao mesmo ponto, passando depois a visitar o interior, cujo trabalho conclui em 18 dias, que vai a fazer objeto da presente carta.

Na 3.^a carta, data de 17 de outubro de 1873, o autor antecipa que irá concentrar-se numa descrição da Brava, dando relevo ao “seu clima pela situação em que demora; qual a sua fertilidade; quais as doenças endêmicas que se experimentam ali; os medicamentos de que se servem os seus habitantes; e como finalmente foi o seu descobrimento.” Todavia, ele não se detém na proposta inicial e traça um quadro dos costumes da ilha. Os seus preconceitos de acadêmico o levam a tingir de comicidade os relatos das práticas sociais dos habitantes da ilha. No entanto, ele demonstra ter uma rara curiosidade pelo costumes locais, o que não era comum entre os

seus colegas naturalistas. “Não há coisa que mais me provoque o riso, que o ver um casamento neste país,” diz Feijó, antes de fazer uma detalhada descrição da cerimônia e dos festejos.

A noiva vestida a maneira das nossas máscaras vai para a Igreja tão serza(?), tão direita, e tão imóvel da cinta para cima, que até para alimpar o suor do rosto leva uma mulher ao pé de si com um lenço para este fim, o que d’ordinário é a madrinha; ainda que nunca se calçasse como é costume naquela Ilha, naquele dia há de sofrer a mortificação do sapato um dos maiores martírios para elas: segue-se logo atrás da Noiva uma multidão de mulheres como criadas, e depois os convidados com o Noivo, que também há de suportar o mesmo incômodo do calçado para ir de casaca, bengala, e chapéu de galão, ainda que este seja o tambor do Presídio pois é neste aparato que eles põem toda a sua vanglória, e brio. (...)

Chegam finalmente os Noivos a suas casas, e antes d’entrarem põem-se à porta ambos com os Padrinhos de um e outro lado para cumprimentarem a seu modo todo aquele acompanhamento, e então concluída toda esta cerimônia entram para dentro com todo o séquito seguindo-se logo as comidas, e bebidas.

Acabado o jantar recolhem-se todos os convidados, tornando-se depois a juntar na casa da Noiva para fazerem o que eles chamam fogueira que é saírem dali a ir procurar o Noivo que dizem estar fugido e vão enfim todos com grande festa a buscá-lo, e o trazem à Noiva para se reconciliar com ela, a qual sentada defronte da porta com muitos enfeites, o espera com abraços, e beijos que mútua, e publicamente ali se dão sem respeito: que desonestidade, Senhor que pouco respeito à religião Católica que professamos!

Feita esta entrega entram todos para casa da Noiva: imediatamente seguem-se as comidas, e bebidas, e os desonestos bailes acompanhados de repetidíssimas palmadas, toques de tambor, e das mal concertadas cantilenas de mulheres, a cujo desorganizado, desconcertado, e desesperado som acompanha o Mestre da Capela, ou outro qualquer músico, com uma velha, destemperada, e mal encordoad harpa, ou viola, a cuja função não deixam jamais d’assistir os principais da Ilha ainda mesmo aqueles em cujas mãos esta depositado e entregue o público governo. Estes espíritos todos movidos pela violência daquelas lascivas ações, e agitados pela força dos incansáveis, inquietos,

e repetidos frascos de vinho, e aguardente bem deixam ver a V. Ex^a as boas consequências que podem produzir contra todas as leis.

Na seqüência, Feijó enceta a minuciosa descrição de um funeral, acompanhada, obviamente, de comentários jocosos e críticas à superstição dos moradores da Ilha Brava, que acreditavam no retorno das almas dos mortos. Em seus textos posteriores, o naturalista omite estas descrições, limitando-se a atribuir a uma falta de educação “científica” e religiosa o fato de terem “alguma coisa parecidos nos seus costumes, modo de viver, de vestir, de fazer suas núpcias, funerais e criar seus filhos etc., aos povos Guiné.”²⁶

A carta seguinte a Melo e Castro é já datada da Ilha do Fogo, a 1.º de novembro de 1783. Conta Feijó ter passado àquela ilha em 20 de junho de 1783 “em uma lancha de pau de biqueira da terra, de boca aberta de 15 palmos de comprimento, em que a obrigação d’obediência me fez arriscar a vida.”

Após descansar 8 dias, ele deu seqüência à expedição pelo arquipélago, o que resultou numa minuciosa descrição dos aspectos físicos da Ilha do Fogo. Ao vulcão que deu nome à ilha, ele reserva toda a 5.ª carta, datada de 8 de novembro e a seguinte, de 5 de dezembro, é dedicada a comentários sobre alguns aspectos sociais. Feijó estratifica a população do Fogo segundo um rígido critério racial. Em oposição ao que verificara nas Ilhas de São Tiago e Brava, nas quais os habitantes eram na maioria de origem africana, “a maior parte dos habitantes da Ilha [do Fogo] são mestiços, por haver muitos brancos, e descendentes de brancos.” Como decorência, diz que “os naturais são mais sinceros, e obedientes amantes dos brancos em extremo, e trabalhadores, e amigos de procurar meios de viver.” As mulheres, apesar de se vestirem apenas com um pano à cintura, como nas outras ilhas, foram caracterizadas como “mais afáveis e não tão licenciosas, nem tão bailadeiras.”

Logo a seguir, ao relatar a atuação da câmara municipal, Feijó deixa entrever a origem das denúncias de prepotência que lhe foram assacadas.

26 FEIJÓ, J. da S. Ensaio econômico sobre as Ilhas de Cabo Verde. *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa (MEARSL)*, v. 5, 1815.

Há mais um juiz dos órfãos, este pela maior parte das vezes consome os bens dos pobres órfãos, donde nascem andarem muitas famílias destruídas, e miseráveis pela avareza destes administrantes, porque as partilhas são feitas mais pela paixão do que pelo equilíbrio da justiça (...) Estas, e outras desordens em prejuízo de muitos, me fazia muitas vezes lembrar-lhes o delito que cometiam, em vez de agradecimento granjeava o ódio deles para comigo; tal é a conduta destes sujeitos.

Outra fonte de atrito, foi tentar imiscuir-se no governo militar da Ilha do Fogo. Relata Feijó que todos o homens da Ilha, “sem exceção de filhos de viúvas, de velhos, de doentes, ainda de tenra idade,” estavam permanentemente alistados na milícia, “ou para melhor dizer por escravos dos Capitães Mores.” Pelas suas contas, os capitães dispunham por semana de 120 braços gratuitos que eram utilizados como mão-de-obra “nas suas lavouras, ou em fiar-lhes uma libra de algodão, ou fazendo-lhes os carretos que se lhes manda,” sem outro pagamento que não seja dizer-lhes os capitães “que é para o serviço de Sua Majestade.” Feijó acusa-os, ainda, de cobrarem indevidamente uma série de tributos em dinheiro, além de obrigarem os moradores pobres a lhes entregarem uma teia de algodão por semana, em troca de dispensa do serviço militar.

A tempo que estas, e outras inúmeráveis desordens se praticavam naquela Ilha, eu cheguei, e movido por um não sei que d’espírito excitado de ver, que com o nome de uma Soberana, tão justa, tão sabia, e tão piedosa se oprimia a tantos infelizes e já desesperados vassallos seus que por espaço de 21 anos gemiam, tentei interceder por eles; e que tirei Senhor disso? Foi adquirir sobre mim o ódio do mesmo Comandante, e se seus sequazes [que poucos são] e queira Deus que as suas malevolências não venham a fulminar contra a minha honra e, algum dia males que me façam perder a graça da minha Soberana e de V^a Ex^a.

O ninho de cobras

A expectativa de Feijó era plenamente justificada. De fato, as queixas sobre seu comportamento iriam ter a Martinho de Mello e Castro que escreve ao naturalista uma severíssima carta de advertência e outra ao governador mandando que o pusesse nos trilhos.²⁷ Ele é acusado pelos habitantes (diga-se a elite local) de não ter pago pelo transporte entre a Ilha do Fogo e a de Santiago, para onde retornou a seguir. Acusaram-no, também, de comportamento altivo para com os “pobres habitantes” e de se fazer passar por alguém de grande poder e autoridade. Além disso, diziam ter ele exigido mais algodão do que o necessário para empacotar as remessas de suas recolhas, obrigando os habitantes a fornecê-lo.²⁸

Note-se aqui a exata natureza desses conflitos. A tecelagem de panos de algodão, para venda no continente africano, era uma das principais atividades econômicas de Cabo Verde. O capitão apropriava-se pessoalmente de uma prestação em algodão exigida dos moradores em nome da coroa. Feijó, em nome do serviço da coroa, apossa-se de parte deste algodão para uso “científico”, o que foi encarado como um ônus privado imposto ao capitão.

Quanto a ter obrigado um navio a transportá-lo sem pagamento, a versão de Feijó sobre o episódio era completamente diferente. Com a morte do bispo-governador, ele ficou retido no Fogo e sem instruções sobre o que deveria fazer. Fez gestões junto aos representantes da Cia. do Maranhão e Grão-Pará para que fosse transportado, junto com o resultado de sua coleta, de volta a Santiago. O pedido foi negado pois disseram não haver instruções a respeito. Em 15 de agosto chega um bargantim com os novos administradores da Companhia, que mesmo não tendo ordens da Direção em Lisboa, resolveram fazer o transporte, por ser do serviço da coroa.²⁹

Nota-se que, apesar de ter granjeado a antipatia do Juiz de Órfão, integrante da elite camarária local, há uma espécie de aliança entre Feijó e

27 AHU, Cabo Verde, códice 402, f. 108v-109v e 114-117.

28 Carta de Mello e Castro a Feijó, de 9 de dezembro de 1784. AHU, Cabo Verde, códice 402, f. 108v.

29 AHU, Cabo Verde, cx. 42, n. 8.

a Câmara. Em carta enviada a Mello e Castro, os camaristas dão conta da chegada do naturalista, a 22 de junho de 1783 e aproveitam para queixar-se do comandante.³⁰

Assim, Feijó tivera a oportunidade de descobrir em suas observações científicas um verdadeiro “ninho de cobras,” muito bem criadas, diga-se de passagem, no qual ele estava devidamente enredado. No século XVIII, a decadência econômica dessas ilhas, só fez agravar um clima de disputas que era secular. Os cargos públicos, encarados como oportunidade de obter benefícios como os descritos pelo naturalista, tornaram-se uma importante fonte de renda da elite local, que passou a disputá-los com sofreguidão. Estava estabelecido o *imbroglio* entre os emissários régios e os poderosos locais.³¹

Textos de intriga administrativa, como o escolhido por Feijó em algumas partes do *Itinerário Filosófico*, eram uma constante na administração colonial portuguesa e na de Cabo Verde em especial. Há décadas, havia tal clima de beligerância no arquipélago que os oficiais régios recebiam uma verba especial para contratar seguranças. Com esse dinheiro, eles formavam quadrilhas de capangas recrutados localmente. A elite local queixava-se que, à cabeça dessas gangues cometiam toda sorte de prepotências, violências, abuso sexual de mulheres e corrupção.

Nas primeiras décadas do século XVIII, as desavenças entre governadores e ouvidores de Cabo Verde, que se acusavam mutuamente de invadir as respectivas competências, mesclam-se à altíssima mortalidade desses oficiais, por doenças, “causas desconhecidas” e outras bem conhecidas. Morre o governador Antônio Vieira. A viúva acusava, entre outros, o ouvidor Sebastião Bravo Botelho. O governador seguinte foi incumbido de fazer a sindicância dos eventos. No entanto, este escapou da tarefa, dizendo que era público e notório que Antônio Vieira morrera de um “aposthema”

30 AHU, Cabo Verde, cx. 42, n. 1.

31 Ver a descrição dos muitos conflitos que ocorreram no arquipélago na já mencionada crônica de Sena Barcelos e em CHELMICKI, J. C. C.; VARNHAGEN, F. A. *Corografia cabo-verdeana*. Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1841. 2. v. Para uma apreciação mais contemporânea, ver CARREIRA, A. Conflitos sociais em Cabo Verde no século XVIII. *Revista de História Econômica e Social*, n. 16, jul./dez. 1985; e PEREIRA, D. A. As insolências do capitão Domingos Rodrigues Viegas e do seu irmão Belchior Monteiro de Queiróz contra as autoridades da ilha de Santiago. *Revista de História Econômica e Social*, n. 16, jul./dez. 1985.

causado por uma pedrada que recebera. Coisa pouca. Em 1732, novas atribulações começam quando o governador manda prender o ouvidor. Este parece ter resistido e acabou morto, junto com outras duas pessoas que o apoiavam. São tantos os conflitos, que a coroa envia um desembargador-sindicante para esclarecer os episódios: o baiano Custódio Correia de Matos, que aparentemente morreu envenenado.³²

A apoteose dos conflitos caboverdianos ocorreu na segunda metade do século XVIII, quando, em 1762, foi assassinado mais um ouvidor-geral.

Sendo ouvidor na cidade de São Tiago das Ilhas de Cabo Verde o Bacharel João Vieira de Andrade, e estando em atual exercício no mesmo lugar, de que fora encarregado pelo Sr. D. José para administrar justiça naquela colônia, sucedeu que no dia 13 de dezembro de 1762, das 9 para as 10 da noite, lhe cercaram repentinamente as casas com um grande número de homens armados, pretendendo os ditos homens arrombar-lhe a porta, e dando nelas algumas pancadas; perguntou o dito Ministro quem batia, ao que lhe foi respondido de fora que era o Diabo; ao mesmo tempo, arrombando-lhe a golpes de machado uma janela, entraram violentamente pela mesma alguns dos referidos homens e outros pela parte do quintal e mataram o Ouvidor, fazendo-lhe com zagaia e outras armas muitas feridas, sendo a primeira com um machado na cabeça, que logo o prostrou por terra.³³

O fato foi comunicado à coroa pelo juiz ordinário José Romão da Silva, que denunciava como mandante o Capitão-Mor João Freire de Andrade, chefe de uma das facções que disputavam o poder nas ilhas. No entanto, um magistrado vindo de Lisboa, em 1764, incriminou o chefe do partido rival, Antônio Barros de Oliveira, outro dos potentados de Cabo Verde. Julgado em Lisboa, ele foi condenado a ser “arrastado à cauda de um cavalo pelas ruas públicas da cidade até a praça do Rossio e nela mor-

32 Ver GUERRA, L. B. A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos às Ilhas de Cabo Verde em 1753. *Srvdia*, n. 2, jul. 1958.

33 CARREIRA, op. cit., p. 82.

resse de morte natural para sempre.”³⁴ Ordenava, ainda, a sentença que a cabeça do réu fosse cortada e enviada a Cabo Verde, para ser exposta na vila da Praia até ser consumida pelo tempo. Outros dez réus tiveram idêntica sorte, sendo que um deles foi poupado da decapitação após a morte. Mais uns tantos foram condenados à chibata e ao degredo perpétuo, entre eles José Romão da Silva, o juiz que acusara o chefe do bando rival. Mais um lance do teatro de horror pombalino. Os autores que estudaram o período, lembram sempre que os atores das tragédias levadas à cena no governo do marquês foram escolhidos a dedo. Com a chacina dos Távoras, ele atingiu a alta nobiliarquia. A execução dos cabeças da sublevação do Porto foi um sinal à plebe urbana. Todavia, esquecem que a eles se juntaram os integrantes de uma das mais rebeldes elites municipais das colônias.

Ao tempo da chegada de Feijó ao arquipélago, a lição pombalina já parecia um tanto esquecida e os conflitos envolvendo a elite local e os emissários da coroa tinham voltado à sua turbulenta rotina, movimentada exatamente pelas mesmas personagens do passado. Após a morte do bispo, o governo foi assumido por Antônio Faria e Maia, que passa a se digladiar indiscriminadamente com a elite local, com o clero, com os militares e, principalmente com o ouvidor das Ilhas. Este, por sua vez, faz uma aliança com o clã de João Freire de Andrade, que havia escapado da razia pombalina e continuava a ser o maior potentado das ilhas. Ambos seriam os principais responsáveis pela campanha de descrédito conduzida em Lisboa contra Feijó.

É interessante perceber que o naturalista era provavelmente encarado como um homem do governador. Feijó, inicialmente parece ter entrado em conflito com Freire e Maia. “Não sei que mal tenho feito a este senhor que aqui governa, que não faz mais que me ultrajar,” queixava-se a Mello e Castro.³⁵ No entanto, aos poucos foi-se estabelecendo uma aliança entre os dois, pois o governador passa a defender ativamente Feijó das acusações vindas do Reino.

Outras das queixas levadas a Lisboa era a de Feijó exigir uma escolta militar pessoal. Pode-se ver duas dimensões nesta exigência. Uma primeira era o medo de ser eliminado pela facção local desgostosa com

34 CARREIRA, op. cit., p. 85.

35 AHU, Cabo Verde, cx. 42, n. 13. 4 de abril de 1784.

suas atitudes. Como já foi dito, o clima de beligerância em Cabo Verde era tal que este receio amparava-se numa expectativa muito real e plausível. Se governadores e ouvidores haviam sido eliminados, livrar-se de um naturalista não haveria de ser um grande problema. E, afinal, o que era um naturalista? Entra-se, então, na segunda dimensão que dá sentido às exigências de Feijó. Como foi mencionado, ser acompanhado de um bando fardado e armado era corrente entre a elite local e altos funcionários portugueses daquelas Ilhas, o que conferia a esses bandos um papel simbólico. Quanto maior a escolta, maior o estatuto do indivíduo escoltado. Quando o baiano Custódio Correia de Matos foi nomeado desembargador-sindicante do arquipélago, manteve-se quase um ano em Lisboa negociando o hábito de Cristo e recursos para a contratação de um desses séquitos. Ele queria cercar-se de recursos simbólicos que lhe conferissem poder na cena em que deveria atuar. Suas exigências foram atendidas, mas não parecem ter sido suficientes para evitar que, aparentemente, fosse envenenado. Note-se que os poderes especiais que foram atribuídos a este desembargador-sindicante o colocavam numa situação hierárquica superior a qualquer pessoa em Cabo Verde.

Ao exigir escolta, Feijó tanto tentava proteger-se quanto conferir dignidade ao seu cargo de naturalista régio, mal definido na estrutura hierárquica administrativa. Note-se que ele não foi o único a enfrentar este tipo de problema. Manuel Galvão e Silva, o seu colega naturalista enviado a Moçambique, acabaria preso num desses conflitos de precedência hierárquica. Ele se recusou a fazer vênias ao ouvidor, o que incluía tirar o chapéu em presença de um superior. Por esta atitude, envolveram-se ambos num bate bocas, no qual Galvão, que era simultaneamente secretário de estado, afirmava estar hierarquicamente situado dois graus acima do ouvidor. Este abriu um processo e mandou prender o naturalista-secretário no forte de Moçambique, por desrespeito e desacato à autoridade. Ele só foi libertado com brevidade devido à intervenção do Governador.³⁶

Retornando do Fogo, Feijó permanece por alguns tempo em Santiago, a ilha capital, recuperando-se da “doença da terra” ou “carneirada”, nome que se dava à malária. A etapa seguinte de sua expedição foram as

36 AHU, Moçambique, cx. 49.

Ilhas de Barlavento: Santo Antão e São Nicolau, de onde Feijó faz, em maio de 1874, uma grande remessa para Lisboa.

Referem-se à sua atuação nestas ilhas as queixas enviadas a Mello e Castro que mais atingiram Feijó. O problema parece estar ligado não apenas a seu comportamento em Cabo Verde, mas por outro fato de sua vida privada em Portugal. Após sair de Lisboa, descobre-se que ele havia casado e, ao vir para ao arquipélago, deixara ao desamparo mulher e filho. O ministro comporta-se como um pai ofendido que descobre as travessuras do filho. Confisca o salário de Feijó, reservando uma parcela a ser paga em Cabo Verde, outra a ser entregue à mulher em Portugal e a última foi bloqueada numa espécie de poupança compulsória para o futuro.³⁷ Com este episódio, Feijó passa a ser um naturalista economicamente tutelado. Ele protesta a Mello e Castro contra a atitude que, erradamente, supõe ser de iniciativa do governador.³⁸ Apesar de seus protestos, mais uma vez ele foi enquadrado como um jovem de quem se devia tomar conta.

Muito provavelmente em decorrência desses episódios, os resultados do seu trabalho são friamente recebidos, ao contrário do acolhimento dado às remessas feitas pelos seus colegas que estavam nas outras colônias. O seu *Itinerário*, como já mencionamos, foi recebido como palavras vazias de um naturalista. A Feijó, Martinho de Mello e Castro escreve dizendo que “quanto às duas remessas que V. M^{ce} tem feito para o Real Museu, a primeira foi muito boa, porém a segunda não prestou para nada.”³⁹ Ao mesmo tempo, o ministro queixa-se ao governador dizendo que enquanto o Bispo era vivo as remessas de Feijó eram de ótima qualidade, porém tudo mudara após o falecimento do prelado e que o material que viera de S. Nicolau “se achou não conter nada do que se esperava, consistindo a maior parte em pedras as mais ordinárias e em outras produções da natureza que não têm singularidade alguma por que mereçam ser guardadas.”⁴⁰

Há aqui uma demonstração de evidente má vontade de Martinho de Mello e Castro para com Feijó. A primeira remessa feita pelo naturalista

37 Feijó recebia 400.000\$ por ano. Pelo que ficou estabelecido, receberia 10.000\$ por mês, sua mulher, o mesmo, e o restante seria guardado.

38 AHU, Cabo Verde, cx. 42, n. 8. 29 de fevereiro de 1784.

39 Carta de Mello e Castro a Feijó, de 9 de dezembro de 1784. AHU, Cabo Verde, códice 402, f. 108v.

40 AHU, Cabo Verde, códice 402, f. 136.

ocorreu em dezembro de 1783,⁴¹ enquanto o bispo S. Simão morreu em 10 de agosto do mesmo ano. Portanto, ele não exerceu nenhum papel de supervisão sobre o material enviado a Portugal. Tudo indica que eles não mais mantiveram contato, uma vez que Feijó permaneceu na Ilha do Fogo até dezembro. Ressalvada a hipótese de o prelado ter lá ido. Além do mais, não há nada que demonstre algum interesse do religioso por este tipo de matéria.

Em muitas das colônias portuguesas, nota-se uma espécie de concorrência entre governadores, ouvidores e os naturalistas enviados pela coroa. Em Moçambique, por exemplo, o governador Francisco de Mello e Castro já vinha enviando a seu tio Martinho seguidos exemplares de curiosidades naturais, mesmo antes da chegada de Galvão. Em Angola repete-se o quadro. A par das remessas de Joaquim José da Silva, os governadores também enviavam espécimens, como já vinha ocorrendo desde a década de 1750, durante o governo de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho. Em Cabo Verde, com D. S. Simão, que aliás governou por muito pouco tempo, nada disso é observável. Não é, portanto, de descrever em Feijó quando este afirmava que o bispo “tinha muito pouco gosto nestas coisas, de que fazia pouco caso,” e que, na verdade, era um obstáculo à sua atuação.⁴²

Todavia, para não pensarmos que se tratava de uma perseguição pessoal de Mello e Castro, é preciso saber que este passou o problema a Júlio Mattiazi, o qual também se demonstrou insatisfeito com a atuação do naturalista. Feijó dizia-se “envergonhado de ser descomposto [...] pelo Júlio sem razão.” Ele tinha pleno conhecimento que seus colegas nas outras colônias contavam com equipes de apoio e atribuía o problema das remessas a ter sido mandado sozinho ao arquipélago. “Se eu tivesse um homem para a preparação dos pássaros e peixes, e outro que copiasse as plantas, seguro a V. Ex.^a faria belíssimas remessas, porém sou eu só, e de risco e pintura, e de preparação não sei.”⁴³

41 AHU, Cabo Verde, cx. 41, n. 57. 21 de dezembro de 1783.

42 AHU, Cabo Verde, cx. 42, n. 8. 29 de fevereiro de 1784.

43 Parte do sucesso alcançado pela expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira deve-se à enorme quantidade de pranchas elaboradas pelos desenhistas que o acompanhavam. Os outros não tiveram esta sorte. Feijó não contava com nenhum e os das equipes de José Joaquim Silva e de Galvão e Silva não resistiram ao clima, morrendo assim que desembarcaram.

Em tempos de Faria e Maia

É a partir do retorno das Ilhas de Barlavento que Feijó encontraria um aliado em Faria e Maia. Na sua luta por se afirmar no arquipélago, o governador conseguiu, por algum tempo, anular todos os seus concorrentes. Acabou prendendo o ouvidor e mandando-o de volta a Lisboa. Conseguiu, também, enquadrar os comandos militares locais e parte do clero. Ao fazer esta razia, livrou Feijó de seus contendores. Além disso, assumiu pessoalmente a defesa do naturalista frente a Mello e Castro. Escreve ao ministro dizendo que Feijó, “por falta de malícia, ou dos conhecimentos do homem, tem praticado algumas *rapaziadas*, mal pensadas sim” mas que não era malévolo ou temerário.

Tendo chegado o Naturalista à estas Ilhas, e devendo sempre empregar-se debaixo da direção do Reverendíssimo Bispo D. Frei São Simão, principiou a sua desgraça pela morte deste Prelado; não só porque não pôde justificar muitas ordens que recebeu localmente, mas porque lhe faltou muito cedo uma pessoa de maior idade e mais conhecimento do mundo, que fosse pouco a pouco dando-lhe a conhecer quais deviam ser os seus verdadeiros cuidados e quais poderiam ser os seus princípios. É certo que nas Ilhas de Santo Antão e São Nicolau houveram queixas do referido Naturalista porque ele empreendeu um numeramento dos gados todos; e achando que muitos diminuíam o número que lhes pertencia, fazia passar para a Fazenda Real o acréscimo destes gados, dizendo que não tinham dono e que conseqüentemente pertenciam à Real Fazenda, o que participou ao Administrador José Lopes Quaresma. O naturalista diz que recebera ordens a este respeito do Prelado defunto.⁴⁴

Faria e Maia insiste que Feijó não era culpado da maior parte das coisas de que fora acusado e que realmente tinha andado muito doente. “Mesmo na minha casa o vi sofrer sezões muito fortes, que o impediam até

44 AHU, Cabo Verde, cx. 43, n. 35. 6 de julho de 1786.

de voltar à sua por muitas horas.” Neste estado, ele teria embarcado para as Ilhas de Barlavento. Note-se o tratamento quase paternal(ista) dispensado ao naturalista. Por ordem de Mello e Castro, Feijó passaria, desde então, a ser tutelado pelo coronel José Maria Cardoso. Este oficial havia feito anteriormente, por conta própria, uma remessa de curiosidades naturais para o Gabinete da Ajuda, a qual foi considerada de ótima qualidade. Não há indícios de que tenham ocorrido maior conflito entre os dois. É mesmo provável que Feijó tenha encontrado nele o auxiliar de que sentia falta.

Desde o retorno a São Tiago, torna-se mais difícil acompanhar os passos de Feijó, uma vez que, aparentemente, ele abandonou a escrita de seu *Itinerário Filosófico*. Se ele o continuou, a seqüência está hoje desaparecida. O ano de 1786 ele gastaria refazendo os passos de suas primeiras viagens, tentando, assim, se redimir perante os seus superiores em Lisboa. Uma das queixas que recebera era de não ter dado suficiente atenção ao salitre da Brava e ao enxofre do Fogo, de que mandara amostras insignificantes sem a indicação de existirem, ou não, jazidas economicamente aproveitáveis. No início do ano, por instrução de Julio Mattiazi, retorna à Brava. Ali, ele e Cardoso concluem que não é viável a exploração de salitre. Passa a seguir ao Fogo, para ver de perto a erupção do vulcão que era responsável pelo nome da ilha e estudar a possibilidade de explorar enxofre. A observação do fenômeno está relatada em sua *Memória sobre a Irrupção do Fogo*.⁴⁵ Originalmente, ele pensou este relato como uma continuidade do *Itinerário Filosófico*, percorrendo para isso 2/3 da circunferência da ilha, segundo informação de Faria e Maia. Todavia, este texto ganharia autonomia e é uma de suas obras mais conhecidas, tendo sido publicada, com algumas variações em relação ao original, no Rio de Janeiro.⁴⁶

Com o passar dos anos, a documentação demonstra que tanto o governador quanto Feijó sentiam a sensação de já terem esgotado a recolha dos “produtos naturais” do arquipélago. Cabo Verde é o mais árido dos arquipélagos atlânticos e não contava com a diversidade biológica da África

45 AHU, Cabo Verde, cx. 43, n. 53A. 11 de agosto de 1786. O texto é acompanhado de 2 desenhos sobre a irrupção do vulcão.

46 FEIJÓ, J. da S. *Memória sobre a última erupção vulcânica da Ilha do Fogo de Cabo Verde. O Patriota*, t. 3, n. 5, p. 23-32.

ca e da América do Sul. Ali, como nas outras ilhas do Atlântico, existiam muitas espécies endêmicas, todavia isto ainda não chamava atenção.⁴⁷

Já em 1786, Feijó e o governador lamentavam-se de não poder enviar animais quadrúpedes e aves. Os únicos mamíferos exóticos que encontraram eram macacos, sobre os quais receberam ordem de não remeter a Lisboa. Sobre pássaros, dizia que só havia uma espécie nativa que não fossem “pardais, corvos, galinha do mato e pombos.” Mesmo este pássaro nativo eles não conseguiam enviar à Ajuda, por se tratar de um insetívoro, difícil de alimentar durante a viagem. O naturalista chega a ir à Ilha da Boa Vista para capturar flamingos e criá-los. Todavia os filhotes acabariam morrendo e os grandes eram espertos demais para serem apanhados.⁴⁸ Desta ilha, ele envia a Mello e Castro dois barris contendo peixes, pássaros e lagartos.⁴⁹ Assim, Faria e Maia propôs, em 1789, uma expedição ao que é hoje a Guiné-Bissau, território no continente africano que era, administrativamente, anexo a Cabo Verde. Aparentemente tal viagem nunca foi autorizada.

Todas as remessas que tenho dirigido a V. Ex.^a durante quatro anos, talvez não terão gasto trezentos mil réis além dos ordenados do Naturalista, porém vendo eu que os produtos que se podem recolher talvez sejam sempre os mesmos, sem maior novidade e raridade, me tenho lembrado adverti-lo a V. Ex.^a, e que talvez em Guiné se possa fazer uma colheita mais rica, e sem perder de vista a história destas Ilhas, que todos os dias me lembro com particular recomendação a João da Silva Feijó.⁵⁰

Por ordens vindas de Lisboa, Feijó concentra-se no estudo da fauna marinha e passa a fazer recolhas nas Ilhas de Barlavento. No início de 1789, ele desenvolve experiências em Santiago sobre a conservação de peixes, de

47 Só muito depois, com os trabalhos de Darwin, as ilhas oceânicas teriam sucesso entre os naturalistas.

48 AHU, Cabo Verde, cx. 43, n. 41. 8 de julho de 1786.

49 AHU, Cabo Verde, cx. 44, n. 72. 27 de maio de 1788.

50 AHU, Cabo Verde, cx. 45, n. 15. 10 de março de 1789. Ainda assim, Feijó teve a oportunidade de remeter a Lisboa produtos trazidos da costa africana. Em 1793, tentou embarcar uma gazela vinda do Senegal, mas desistiu “por falta de comodidade à bordo”. AHU, Cabo Verde, cx. 48, n. 11.

que resulta um pequeno ensaio, ainda inédito, intitulado *Relação da Factura do Peixe Seco*.⁵¹ A seguir, é enviado por Faria e Maia à Ilha de Santo Antão, onde a coroa mantinha instalações para a exploração experimental de anil. Neste período, o naturalista escreveu uma Memória sobre a fábrica de anil da Ilha de Santo Antão, a qual foi publicada no volume inaugural das *Memórias Econômicas da Academia*, em 1789.⁵² Mesmo estando em Cabo Verde, Feijó não descurou de tentar dar visibilidade a seu trabalho e a publicação de seu texto pela Academia das Ciências não deixava de representar um reconhecimento à sua atuação. É interessante perceber que, da primeira leva de naturalista enviados às colônias, o único a ser admitido como membro pleno da Academia foi Alexandre Rodrigues Ferreira, que lamentou o fato de os seus colegas terem sido preteridos.⁵³ No entanto, Feijó foi o único deles a ter memórias editadas na principal publicação da Academia.

A maturidade do naturalista

A partir do início da década de 1790, Feijó começaria a acumular interinamente algumas funções burocráticas. Aparece em documento de 1793, como Secretário do Governo da Capitania de Cabo Verde e Escrivão da Matrícula da Gente de Guerra. No mesmo período, começa a fazer gestões para retornar a Portugal. Vai utilizar como intermediário o governador Francisco José Teixeira Carneiro, que escreve a Martinho de Mello e Castro “Este pobre naturalista, que já se acha aqui a dez para onze anos se tem comportado em todo o tempo do meu governo, digno de que V. Ex.^a o atenda, e o felicite.”⁵⁴ Ao mesmo tempo, é enviado ao Conselho Ultramarino

51 FEIJÓ, J. da S. *Relação da Factura do Peixe Seco*. AHU, Cabo Verde, cx. 45, n. 8.

51 FEIJÓ, J. da S. Memória sobre a fábrica de anil da Ilha de Santo Antão. *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (MEARSL), t. 1, p. 293-303, 1789.

52 SIMON, op. cit., p. 15.

53 AHU, Cabo Verde, cx. 48. 30 de setembro de 1793.

54 AHU, Cabo Verde, códice 402, f. 136.

um atestado do governador, confirmando que Feijó tinha urgentíssimos motivos para ir ao Rio de Janeiro, tratar dos bens herdados pela morte do pai e da mãe. Ele também contou com a cumplicidade de sua mulher, que intercedeu, com sucesso, diretamente à D. Maria I.

A ordem para que Feijó retornasse a Portugal foi assinada em 9 de junho de 1795 e partiu diretamente do Palácio de Queluz.⁵⁵ Todavia, ela chegou a Cabo Verde apenas em dezembro de 1795, em ótimo momento para Feijó, pois João Freire de Andrade, um de seus principais desafetos, assumira interinamente o governo do arquipélago. Os velhos rancores não tinham sido esquecidos e o próprio Freire de Andrade anunciava que estava no comando e que iria retaliar.

Ora Excelentíssimo Senhor permita-nos V. Ex.^a de por na Sua presença o que há a respeito do dito Naturalista. A ordem ou licença para se retirar o livrou de alguma que poderia experimentar; porque justamente ao tempo que a recebemos nos vimos consternados com requerimentos contra ele, em que uns se queixavam de opressões, que lhes fazia no emprego de Juiz de Órfãos em que ilegítimamente se tinha introduzido, ofício este incompatível ao seu destino a esta Ilha, e outras aleivosas e intrigas, que vergonhosamente fomentava já contra este, já contra aquele.⁵⁶

Para marcar bem a sua posição, Freire de Andrade não se esqueceu de anexar uma cópia da carta, de 1784, em que Martinho de Mello e Castro apontava, ao então governador Freire e Maia, todos os pontos frágeis do naturalista e as acusações que sofria.

A este tempo Feijó era Sargento-mor da Praça de Ribeira Grande, a cidade fantasma que oficialmente ainda era a capital do arquipélago, e Juiz de Órfãos, o que fazia prever que a disputa que se avizinhasse iria mesmo ser portentosa. Ambos os cargos eram muito apreciados pela elite local, principalmente o segundo, que eram uma das maiores fontes de enriquecimento ilícito. A ascensão do naturalista na estrutura política das ilhas

55 AHU, Cabo Verde, cx. 48, n. 42.

56 AHU, Cabo Verde, cx. 48, n. 82.

pode ser creditada à política que adotara de aliança com os governadores. No entanto, os cargos que obtivera não iriam continuar com ele de mão-beijada. Feijó, a essa altura, não era mais o menino desamparado e pensava seriamente no futuro, procurando acumular o seu pé-de-meia. Apesar da conjuntura desfavorável, não embarcou às pressas para Portugal quando recebeu permissão para tanto. Permaneceu por mais algum tempo no arquipélago para não ter “grave prejuízo, pelo pequeno prazo que têm para se preparar, em razão de ter muitos bens de que dispor e apurar.”⁵⁷

Desde então, a documentação não mais fornece referências que atestem a presença de Feijó em Cabo Verde ou que permitam saber com exatidão quando partiu. Por despacho do Conselho Ultramarino, de 11 de junho de 1796, foi-lhe concedida licença não remunerada de um ano para ir tratar de seus negócios no Rio de Janeiro. Neste mesmo ano morre Martinho de Mello e Castro. E se era o velho ministro que mantinha Feijó em exílio branco nas ilhas, como chegou a afirmar Faria e Maia, o caminho estava livre para o naturalista, que passaria a integrar as hostes científicas espalhadas pelo império agora sob o comando de D. Rodrigo de Souza Coutinho.

Não foi possível saber se ele teria retornado por algum tempo à sua cidade natal. Se esteve no Rio de Janeiro foi por muito pouco tempo. No período, escreveu *Ensaio Econômico Sobre as Ilhas de Cabo Verde*, em que faz o balanço da situação do arquipélago no ano de 1797.⁵⁸ A data, entretanto, a que se refere o texto sugere que ele pode ter sido remetido à Academia naquele ano, um indício de que estava em Portugal.⁵⁹ De concreto, sabe-se que em 1.º de março de 1798 ele se encontrava em Lisboa, conduzindo estudos sobre o salitre na Ribeira de Alcântara.⁶⁰ Como já foi

57 Este que foi o seu mais famoso estudo, apareceu nas Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa apenas em 1815. FEIJÓ, J. da S. Ensaio econômico sobre as Ilhas de Cabo Verde. *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa (MEARSL)*, v. 5, 1815. O mesmo volume das Memórias da Academia traz outro estudo de Feijó, intitulado “Memória sobre a urzela de Cabo Verde”.

59 Uma variação deste estudo foi também publicada no Brasil. FEIJÓ, J. da S. Ensaio político sobre as Ilhas de Cabo Verde para servir de plano à história filosófica. 1797. *O Patriota*, n. 5, nov. 1813. Como bem percebeu Antônio Carreira, este texto de Feijó teve partes inteiras copiadas sem menção da origem em PUSICH, A. Memória ou descrição físico-política das ilhas de Cabo-Verde. 1810. *Garcia de Orta*, v. 4, n. 4, p. 605-628, 1956. CHELMICKI e VARNHAGEN (1841) também beberam muito desta fonte em sua Corografia cabo-verdeana. Não se veja plágio nisso, porém. Era um procedimento corrente à época a apropriação não referenciada dos textos alheios.

60 BNL, código 610, f. 10.

dito, Feijó permaneceu por algum tempo em Lisboa, trabalhando na Ajuda com Alexandre Rodrigues Ferreira

Em fevereiro de 1799, foi nomeado Sargento-mor das milícias da Capitania do Ceará. Acumulava a função de naturalista, pois é a esta sua função que a documentação se refere desde que desembarcou em Fortaleza. Os estudos sobre a produção de salitre, feitos em Lisboa, devem ter sido conduzidos com vistas ao seu retorno ao Brasil. A principal atividade de Feijó, no Ceará, foi justamente tentar descobrir jazidas e estabelecer a exploração deste mineral que é a principal matéria-prima para a produção de pólvora. Todavia, ele não abandonaria a botânica e a zoologia, continuando a enviar espécimens para Lisboa e mesmo para outras instituições científicas da Europa. Feijó seria, ainda, um profícuo escritor de textos científicos. Ao longo da vida, reelaborou e publicou os textos sobre Cabo Verde e foi autor de muitos outros sobre o Ceará, onde permaneceu até sua morte, em 1815.⁶¹

Referências

BLAKE, A. V. A. S. Dicionário bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976.

BOXER, C. R. *Portuguese society in the tropics: the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1500-1800*. Madison and Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965.

CARREIRA, A. Conflitos sociais em Cabo Verde no século XVIII. *Revista de História Económica e Social*, n. 16, ju./dez.1985.

CARVALHO, R. de. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

CHELMICKI, J. C. C.; VARNHAGEN, F. A. *Corografia cabo verdeana*. Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1841. 2. v.

GUERRA, L. B. A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos às Ilhas de Cabo Verde em 1753. *Stvdia*, n. 2, jul.1958.

61 Alguns autores afirmam ter ele morrido em 1824.

HESPANHA, A. M. O debate acerca do estado moderno. In: TANGARRINHA, J. (Coord.) *A historiografia portuguesa hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LIESEGANG, G. (Ed.) *Resposta das questões sobre os cafres*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1966.

MORAIS, F. de. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 62, 1940.

PEREIRA, D. A. As insolências do capitão Domingos Rodrigues Viegas e do seu irmão Belchior Monteiro de Queiróz contra as autoridades da ilha de Santiago. *Revista de História Económica e Social*, n. 16, p. 31-62, jul./dez. 1985.

PEREIRA, M. R. de M. *A forma e o poder*: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna. Curitiba, 1998. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná.

PEREIRA, M. R. M.; CRUZ, A. L. R. B. Brasileiros a serviço do Império: a África vista por naturais do Brasil, no século XVIII. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. 33, p. 153-190, 1999.

SENA BARCELOS, C. J. de. *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*. Lisboa: Academia das Ciências, 1903. v. 4.

SIMON, W. J. *Scientific expeditions in the Portuguese Overseas Territories. 1783-1808*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

fontes impressas

BREVES instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes a historia da natureza para formar um Museo Nacional. Lisboa: Tipografia da Academia, 1781.

CARREIRA, A. (Ed.) *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e “Rios da Guiné”*. Lisboa: Ed. do autor, 1983.

FEIJÓ, J. da S. Ensaio econômico sobre as Ilhas de Cabo Verde. *Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, v. 5, 1815.

_____. *Ensaio e memórias económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto Caboverdeano do Livro, 1986.

_____. Ensaio político sobre as Ilhas de Cabo Verde para servir de plano à história filosófica. 1797. *O Patriota*, n. 5, nov. 1813.

_____. Memória sobre a fábrica de anil da Ilha de Santo Antão. *Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, v. 1, p. 293-303, 1789.

_____. Memória sobre a urzela de Cabo Verde. *Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, v. 5, 1815.

_____. Memória sobre a última erupção vulcânica da Ilha do Fogo de Cabo Verde. *O Patriota*, t. 3, n. 5, p. 23-32.

LINK, H. J. *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*. Paris: Levrault, Schoell et Cie., 1803.

PUSICH, A. Memória ou descrição físico-política das ilhas de Cabo-Verde. 1810. *Garcia de Orta*, v. 4, n. 4, p. 605-628, 1956.

FONTES MANUSCRITAS

Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino

Acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa

AHU, Códice 402

AHU, Cabo Verde, caixas 42, 43, 44, 45, 48 e 49.

AHU, Moçambique, caixa 52.

AHU, Angola, caixa 67.

BNL, código 610. f. 10.

FEIJÓ, J. da S. *Relação da Factura do Peixe Seco*. AHU, Cabo Verde, caixa 45, n. 8.

_____. *Memória sobre a última erupção vulcânica da Ilha do Fogo de Cabo Verde*. AHU, Cabo Verde, caixa 43, n. 53A.

_____. *Itinerário filosófico que contem a relação das Ilhas de Cabo Verde disposto pelo método epistolar dirigidas ao Sr. Martinho de Melo e Castro pelo naturalista régio das mesmas Ilhas*. 1783. BNL, FR436.

_____. *Discurso filosófico e político sobre as ilhas de Cabo Verde e seu comércio*. BNL, código 761.